


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1005917-46.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 11/09/2014 16:31:04 faço estes autos conclusos ao
 Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
 subscrevi.

RELATÓRIO

CONDOMINIO RESIDENCIAL VILLAGIO DE CAPRI propõe ação
 contra RICK BERTOOGNA pleiteando a condenação da parte ré ao pagamento das
 contribuições vencidas, identificadas na inicial, e vincendas.

A parte ré foi citada e não compareceu à audiência de conciliação do rito
 sumário.

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 277, § 2º do CPC, pois a parte ré, citada,
 não compareceu à audiência de conciliação do rito sumário.

A ação é procedente.

A revelia firma presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial.

A parte ré tem a obrigação de pagas as contribuições condominiais e
 demais encargos indicados no cálculo de fls. 15.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo procedente a ação e CONDENO a parte ré a pagar à
 parte autora os valores indicados na inicial, assim como as parcelas que se venceram
 e vencerem posteriormente, até o pagamento e extinção da execução, com a multa
 de 2%, juros de 1%, e correção monetária pela tabela do TJSP, todos desde cada
 vencimento; CONDENO-A nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários em
 10% sobre o valor da condenação.

Fica(m) desde já o(s) réu(s) intimado(s) de que o termo inicial para
 pagamento voluntário no prazo de 15 dias, nos termos do art. 475-J do CPC, sob
 pena de incidência da multa de 10% e prosseguimento da execução, corresponderá

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

ao trânsito em julgado da decisão final, independentemente de nova intimação.

A parte ré reputa-se intimado(a) desta com a simples publicação em cartório, sendo desnecessária a intimação pessoal pois, nos termos do art. 322 do CPC: "contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório".

P.R.I.

São Carlos, 11 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**